



SAÚDE

Fiocruz defende SUS, ciência e democracia

Em carta aberta aos candidatos que disputam a Presidência, um dos principais centros de pesquisa do país cobra mais investimentos no setor e medidas urgentes de combate à fome e à desigualdade. Fundação também se alia à defesa do Estado de Direito

» ISADORA ALBERNAZ*

Erasm Salomão/MS



Carta da Fiocruz aos candidatos critica atual modelo de desenvolvimento e defende mais investimentos no SUS e no combate à fome no país

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) divulgou, ontem, uma carta endereçada aos candidatos à Presidência da República e à sociedade, com a indicação de 10 diretrizes para contribuir com o debate eleitoral. No documento, a Fundação defende que não haverá desenvolvimento sustentável, justiça e equidade sem direito universal à saúde. A fundação — um dos principais centros de pesquisa do país — destaca o Sistema Único de Saúde (SUS) como parte essencial da democracia e que, por isso, deveria ser tratado como prioridade máxima pelo próximo governante.

Para fortalecer o SUS, a Fiocruz propõe ações que garantam uma atenção primária de qualidade e integrada, e acesso universal em todos os níveis de atenção às doenças crônicas. Na carta, a fundação reforça a necessidade de o governo brasileiro garantir a regulação e o monitoramento do setor privado de saúde, de forma a atender ao interesse público e aos objetivos da sociedade e do próprio SUS.

A instituição sugere o aumento do investimento público em saúde para 7% do Produto Interno Bruto (PIB) nos próximos oito anos, e aponta para a necessidade de ampliação dos investimentos nas bases tecnológica e industrial da saúde com o objetivo de superar a vulnerabilidade econômica do SUS e reduzir a “insustentável dependência externa” que o país enfrenta nos dias de hoje, em relação ao atendimento da demanda interna por insumos farmacêuticos e medicamentos.

A carta — que se refere à pandemia da covid-19 como “uma das mais graves e complexas crises que já assolaram o país e o mundo” — ainda propõe dotar o SUS de capacidade de antecipação, preparação, resposta rápida e recuperação no enfrentamento de emergências sanitárias. Também destaca a promoção da recuperação da cobertura vacinal necessária à imunidade coletiva e à prevenção de doenças como

As 10 diretrizes

- » Fortalecer o SUS como prioridade máxima do estado de bem-estar no Brasil;
- » Priorizar ciência, tecnologia e informação;
- » Desenvolver o complexo econômico-industrial da Saúde;
- » Promover desenvolvimento sustentável;
- » Valorizar a educação como base da cidadania e da inclusão;
- » Garantir democracia com diversidade, inclusão e equidade;
- » Constituir um Estado soberano, qualificado e socialmente inserido;
- » Valorizar o trabalho e o serviço público;
- » Promover a Agenda 2030 da ONU para enfrentar a emergência climática e ambiental;
- » Promover cooperação internacional em saúde, ciência e tecnologia.

um dos tópicos a serem considerados pelos presidentiáveis.

Combate à fome

Apesar do foco na saúde, as proposições da Fiocruz abordam outros tópicos, como sustentabilidade, justiça social, ciência e progresso. Entre as propostas apresentadas está a recuperação e a expansão emergencial das bolsas destinadas a estudantes em todos os níveis e modalidades, a eliminação da fome e da pobreza extrema no país e a valorização de uma educação “cidadã”.

De acordo com a Fundação, o social, a equidade e o ambiente devem ser considerados de forma integrada. Uma das diretrizes, por exemplo, foca especificamente na valorização do trabalho e do serviço público, com

a renovação do quadro permanente de servidores por meio de concursos públicos.

A carta também pede a revogação da Emenda à Constituição 95/2016 — que criou o Teto de Gastos — e das regras fiscais “que restringem o bem-estar, a ciência e a educação”. Também propõe aos presidentiáveis que assumam compromisso com a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), incluindo a meta de desmatamento zero na Amazônia até 2026.

“É necessário rever o modelo de desenvolvimento vigente no país, de caráter concentrador de renda, excludente e não sustentável social e ambientalmente. Um novo modelo de desenvolvimento deve ter a justiça social, a democracia e a preservação do ambiente como



Um novo modelo de desenvolvimento deve ter a justiça social, a democracia e a preservação do ambiente como finalidades, e a saúde, a ciência, a tecnologia e inovação, a educação e a cultura como elementos basilares”

Fiocruz, em carta aos presidentiáveis

finalidades, e a saúde, a ciência, a tecnologia e inovação, a educação e a cultura como elementos basilares”, diz a carta.

Apesar de não fazer referência direta às cartas em defesa do Estado Democrático de Direito lançadas nas últimas semanas, na nota, a Fundação Oswaldo Cruz afirmou que a democracia é um valor universal e se posicionou de forma favorável aos agentes democráticos. “A Fiocruz se une, no cenário nacional, a outros atores — organizações públicas, privadas e sociedade civil organizada — na busca por um ambiente social que privilegie o diálogo e a participação popular nos processos decisórios”, diz o documento.

Intitulada *Desenvolvimento Sustentável com Equidade, Saúde e Democracia*, a carta será entregue aos coordenadores de campanha de todos os concorrentes ao Palácio do Planalto. O documento é resultado do 9º Congresso Interno da Fiocruz, que ocorreu em março. No relatório final do encontro, a entidade declarou que a “Fiocruz é SUS. É equidade e inclusão. É ciência. É desenvolvimento sustentável. É democracia”.

*Estagiária sob a supervisão de Vinicius Doria

Monkeypox infecta bebês

» TAINÁ ANDRADE

O Ministério da Saúde confirmou, ontem, os dois primeiros casos da varíola dos macacos (monkeypox) em bebês. Um dos registros foi uma criança de 10 meses, que mora em São Paulo, estado considerado o epicentro da doença, com 2.528 confirmados e 1.243 suspeitos, de acordo com a pasta. O segundo foi um bebê de dois meses, em Conceição do Jacuípe, a 100km de Salvador.

No mundo, o Brasil é o terceiro país em número de ocorrências da monkeypox. Até segunda-feira, de acordo com o último boletim epidemiológico da doença monitorado pelo ministério, são 3.896 casos confirmados e 4.155 suspeitos — o que indica subnotificação da incidência da doença. Até o momento, 34 crianças, entre 0 e 9 anos, contraíram o vírus da varíola dos macacos no país. A atenção para a faixa etária

infantil é maior pelo fato de que o sistema imune ainda não completamente desenvolvido pode levar ao agravamento da doença.

Nesse contexto, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) recebeu, ontem, o pedido para análise da vacina que será importada pelo Ministério da Saúde, via Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), do laboratório dinamarquês Bavaric Nordic. A previsão é que cheguem três remessas do imunizante, totalizando 50 mil doses, como anunciou o ministro Marcelo Queiroga.

Na Anvisa, que liberou a exigência de registro, o pedido do governo passará pela avaliação da Comissão Técnica da Emergência Monkeypox, criada pela agência reguladora para dar celeridade aos atos necessários em relação à doença. Serão verificadas a concentração, a fórmula farmacêutica, as indicações e contraindicações, posologia,

população alvo, via de administração e modo de uso, entre outras informações.

Além disso, serão comparadas as autorizações internacionais com as diretrizes regulatórias estabelecidas na Resolução da Diretoria Colegiada, que reconhece registros emitidos no exterior por agências reguladoras correlatas. Somente depois dessas etapas é que a diretoria da agência poderá aprovar a aquisição das vacinas contra varíola.

No entanto, Queiroga já avisou que as doses importadas não serão suficientes para “controlar o surto da doença”. Os imunizantes serão direcionados apenas para profissionais da saúde que têm contato direto com os infectados.

Unicamp

Até o final de setembro, o Laboratório de Diagnóstico Molecular de Alto Desempenho da

Anadolu Agency/Reprodução



Brasil terá mais um laboratório público para diagnóstico da doença

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) estará capacitado para diagnosticar a varíola dos macacos. O laboratório terá

duas máquinas que, ao receber as amostras de sangue de pacientes com sintomas da doença, poderá entregar o resultado em até

3.896

é o número de casos confirmados de monkeypox no Brasil até o início da semana

oito horas. O exame será do tipo PCR. Os exames serão feitos via Sistema Único de Saúde (SUS) e atenderão à comunidade da própria universidade.

O Hospital das Clínicas da Unicamp é referência no tratamento da monkeypox e atua como instituição parceira do Instituto Adolfo Lutz, um dos laboratórios que estão autorizados a diagnosticar a doença no país.

A Unicamp criou cinco frentes para o combate à varíola — diagnóstico, pesquisa clínica, vigilância epidemiológica, pesquisa básica e comunicação. Todas essas atividades serão integradas à força-tarefa que está sendo implementada na universidade.